

DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF

Termo de Referência 11/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
11/2024	200406-DIRETORIA TECNICO-CIENTIFICA/DPF	TIAGO BARROSO DE MELO	14/11/2025 10:44 (v 13.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC		08201.000102/2024-56

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de **Suíte de Software de Criptoanálise e solução especializada para quebra de senhas de equipamentos MacOS com chip T2**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (média de preços)	VALOR TOTAL
1	1	Pacote de Software Passware Kit Forensic com pacote de 20 (vinte) Passware Kit Agents adicionais - GARANTIA, SUPORTE E ATUALIZAÇÃO PARA 60 MESES.  PART NUMBER: PKF + PKA-20	27464	unidade	2	R\$ 41.210,46	R\$ 82.420,93
	2	Módulo de Software Passware Kit Forensic device decryption - LICENCIAMENTO, GARANTIA, SUPORTE E ATUALIZAÇÃO PARA 60 MESES DE SUBSCRIÇÃO.  PART NUMBER: PA-DD	27464	unidade	2	R\$ 39.002,19	R\$ 78.004,38

1.1.1. Foi definido o CATSER 27464 por ser o que mais se assemelha ao objeto da contratação. Havendo divergências entre o descrito no CATSER e o Termo de Referência, prevalece o estabelecido no TR.

Observação necessária para dirimir dúvidas devido a possíveis divergências entre a descrição do CATSER, que se trata de uma descrição genérica, e o estabelecido no Termo de Referência.

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como “serviço comum”, uma vez que se trata de software de prateleira, conforme características detalhadas no Estudo Técnico Preliminar..

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável para até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que as ferramentas contratadas são essenciais para o desempenho das atribuições das unidades periciais da Polícia Federal e cuja necessidade de contratação se estende por mais de um exercício financeiro de forma permanente, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o disposto no Estudo Técnico Preliminar, especificamente no item 15.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6 Os códigos catser informados representam serviços genéricos, cujas complementações foram apresentadas na Seção “ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO”.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000016/2025
- II. Data de publicação no PNCP: 14/05/2024
- III. Id do item no PCA: 300
- IV. Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
- V. Identificador da Futura Contratação: 200406-315/2025

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

#### 3.1 Contextualização e Justificativa da Contratação

3.1.1. A Diretoria Técnico-Científica possui dois laboratórios especializados de criptoanálise que possuem licenças de software com vencimento programado para 2024, sendo necessário a renovação das licenças retromencionadas, bem como a contratação de módulos extras, para complementar os recursos tecnológicos de criptoanálise disponíveis nos laboratórios.

3.1.2. Por desenvolver atividades de caráter eminentemente técnico e científico, a DITEC e suas projeções descentralizadas têm na tecnologia da informação um elemento fundamental para a continuidade dos serviços prestados à sociedade. A área de perícias em Informática, representada no INC pelo Serviço de Perícias em Informática - SEPINF, ocupa-se, principalmente, da aquisição, processamento e análise de todo tipo de evidência forense em meio digital, tanto armazenada em dispositivos de massa, como discos rígidos e celulares, como em forma de tráfego de dados em redes digitais, como a Internet.

3.1.3 Contratação de ferramenta Passware Kit Forensics:

3.1.3.1 O SEPINF/DPDCE/INC/DITEC/PF tem acompanhado a evolução tecnológica dos equipamentos e sistemas computacionais usados por pessoas investigadas, que são atualizados de forma periódica e sistemática, ano após ano, e algumas dessas atualizações acabam interferindo e dificultando a realização dos exames periciais de informática forense.

3.1.3.2. Foi através do acompanhamento da casuística de exames técnicos realizados nessa unidade, bem como nas unidades de Criminalística descentralizadas da DITEC/PF, que foram identificadas dificuldades na realização de exames periciais em computadores e notebooks da marca Apple, pelo uso de chip criptográfico embutido no hardware destes equipamentos (denominado chip T2), associado à implementação de criptografia na segurança dos dados. A relação de equipamentos que receberam a atualização de segurança encontra-se referenciada abaixo (<https://support.apple.com/en-in/103265>):

- iMac (Retina 5K, 27 polegadas, 2020)
- iMac Pro
- Mac Pro (2019)
- Mac Pro (Rack, 2019)
- Mac mini (2018)
- MacBook Air (Retina, 13 polegadas, 2020)
- MacBook Air (Retina, 13 polegadas, 2019)
- MacBook Air (Retina, 13 polegadas, 2018)
- MacBook Pro (13 polegadas, 2020, duas portas Thunderbolt 3)
- MacBook Pro (13 polegadas, 2020, quatro portas Thunderbolt 3)
- MacBook Pro (16 polegadas, 2019)
- MacBook Pro (13 polegadas, 2019, duas portas Thunderbolt 3)
- MacBook Pro (15 polegadas, 2019)
- MacBook Pro (13 polegadas, 2019, quatro portas Thunderbolt 3)
- MacBook Pro (15 polegadas, 2018)
- MacBook Pro (13 polegadas, 2018, quatro portas Thunderbolt 3)

3.1.3.3. O SEPINF/DPDCE/INC/DITEC/PF dispõe de laboratório especializado para quebra de senhas ("Laboratório de Criptoanálise"), composto por equipamentos e softwares dedicados à tarefa exclusiva de quebra de senhas. No laboratório são realizadas atividades ininterruptas de quebra de senhas encontradas em materiais apreendidos, tais como criptografia de disco inteiro ou de arquivos individuais, e que são encaminhados a esta unidade pericial para tal fim. Trata-se, portanto, de um laboratório nacional centralizado no SEPINF/DPDCE/INC/DITEC/PF, que atende demandas de todas as unidades de criminalística. Uma ferramenta de Suíte de Software de Criptoanálise é uma das várias soluções de softwares para quebra de senhas utilizadas no Laboratório de Criptoanálise. A última contratação de um Suíte de Criptografia para o Laboratório ocorreu no Contrato nº 19/2018 - DITEC/PF na data de 20/08/2018 e possui atualização e garantia de 72 meses, vigente até 20/08/2024, necessitando assim da contratação de uma nova suíte devido ao fim da licença anterior e à necessidade do laboratório manter esta capacidade.

3.1.3.4. Atualmente este Serviço não consegue atender demandas envolvendo criptoanálise de sistemas Apple com chip T2, presente nos dispositivos elencados no item 3.1.3.2. Neste sentido, este Serviço de Perícias em Informática entende como fundamental para a continuidade das atividades do Laboratório de Criptoanálise, e para o aprimoramento da qualidade de resposta do respectivo laboratório, nova contratação de Suíte de Software de Criptoanálise para utilização Laboratório de Criptoanálise, bem como a contratação de solução que irá permitir ataques de quebra de senhas à sistemas da marca Apple com chip T2.

3.1.3.5. A DITEC tem realizado constantemente a prospecção e o teste de novas ferramentas no mercado, a fim de ampliar o arsenal necessário à realização de seus exames periciais. Assim, a fim de atender as peculiaridade dos exames periciais em sistemas da marca Apple, bem como permitir ataques de quebra de senhas por força bruta nesses sistemas, considerando a casuística da Criminalística Federal em que não são fornecidas as senhas de acesso aos equipamentos, a Diretoria Técnico-Científica precisa contratar uma nova licença de **Suíte de Software de Criptoanálise** para uso no Laboratório de Criptoanálise e adquirir uma solução para quebra de criptografia via hardware, com fins de permitir a criptoanálise dos equipamentos Apple com chip T2.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000016/2025

- II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2024
- III) Id do item no PCA: 300
- IV) Classe/Grupo: 182 - SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO E CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA
- V) Identificador da Futura Contratação: 200406-315/2025

3.3. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2027 da *Polícia Federal*, conforme demonstrado abaixo

3.3.2. Alinhamento aos Planos Estratégicos da Polícia Federal:

ID	Objetivos Estratégicos
9.4	Reduzir a Criminalidade
9.4.4	Ação estratégica: Gestão da Qualidade da Prova.
9.4.5	Ação estratégica: Aperfeiçoamento dos procedimentos de polícia judiciária.
9.4.6	Ação Estratégica: Efetivação de Mecanismos de Análise e Inteligência Policial.

3.3.3. Alinhamento ao PDTIC (2024-2027):

ID	Necessidade de TIC	Meta	Ação
N7	Contratar hardware, licenças e softwares para exames periciais	Assinar contrato e implantar solução	e Contratar hardware, licenças e softwares para exames periciais

3.4. Da demanda.

- 3.4.1. Atualmente há dois laboratórios na Polícia Federal que possuem licença ativa de um suíte de criptoanálise: o Laboratório de Criptoanálise do SEPINF/DPDCE/INC/DITEC/PF e laboratório do Setor de Criminalística do Paraná (SETEC/SR/PF/PR), que possui uma licença do mesmo software, vencida em 24/07/2024. É importante ressaltar que foram realizados investimentos vultuosos em estrutura para ambas unidades visando proporcionar capacidade computacional adequada para uso do software de criptoanálise de forma otimizada.
- 3.4.2. Considerando o custo relacionado a processos de contratação de novas ferramentas e visando a contratação com o menor preço possível, o tempo de contratação das licenças será de 60 meses.
- 3.4.3. O laboratório de criptoanálise do SEPINF apresenta um projeto de aproximadamente 18 máquinas específicas para a função de quebra de senha. Além dessas, há algumas máquinas na unidade com placas gráficas com alta capacidade de processamento, que podem ser utilizadas pela ferramenta. Portanto, a demanda de agentes distribuídos foi estimada em 20 agentes
- 3.4.4. Face ao exposto, a estimativa final compilada da demanda está apresentada na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE /LOCAL
			SEPINF/DPER/INC /DITEC/PF (Brasília-DF) e

1	Pacote de Software Passware Kit Forensic com pacote 20 (vinte) Passware Kit Agents adicionais- GARANTIA, SUPORTE E ATUALIZAÇÃO PARA 60 MESES (2025-2030)	2	SETEC/SR/PF/PR  (Curitiba-PR)
2	Módulo de Software DEVICE DECRYPTION ADD-ON - LICENCIAMENTO, GARANTIA, SUPORTE E ATUALIZAÇÃO PARA 60 MESES DE SUBSCRIÇÃO	2	SEPINF/DPER/INC /DITEC/PF (Brasília-DF) e  SETEC/SR/PF/PR  (Curitiba-PR)

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de Negócio

4.1.2. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

ID	Nome curto	Descrição
RN1	Compatibilidade com a arquitetura atual de TIC	A solução deve ser capaz de ser utilizada nos servidores e computadores atuais da Polícia Federal
RN2	Suporte técnico	A solução deve prover suporte técnico
RN3	Atualização e garantia	A solução deve prover atualização e garantia das licenças pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

4.2 Requisitos Tecnológicos:

ID	Nome curto	Descrição
RT1	Capacidade de processamento distribuído (20 agentes)	A licença deve permitir o uso de pelo menos 20 agentes para distribuição remota de processamento simultâneo
RT2	Capacidade de gerenciamento	A solução deve conter um gerenciamento centralizado que possibilite obter uma visão gerencial de quais os dispositivos estão sendo utilizados,
RT3	Capacidade de quebra de criptografia de arquivos digitais diversos	As licenças devem ser atualizadas durante todo período de suporte contratado
RT4	Capacidade de deciptação de chips T2	Suporte e garantia durante todo o período da contratação (60 meses)
RT5	Capacidade de deciptação de discos WD (western Digital)	A ferramenta deve ser capaz de decriptar os dicso da marca Western Digital, que possuem uma criptografia específica.

4.3 Requisitos de Capacitação

4.3.1. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

4.4 Requisitos Legais

4.4.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis;

#### 4.5. Requisitos de Manutenção

4.5.1. Por se tratar de um software de prateleira, as atualizações necessárias são aquelas disponibilizadas pelo próprio fabricante.

4.5.2. As versões das licenças deverão ser as mais recentes disponibilizadas no mercado pelo fabricante;

4.5.3. O suporte técnico prestado pela Contratada deve contemplar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da solução de software instalada, além de atualizações de versão e de releases dos softwares, sem qualquer custo adicional. O suporte técnico fornecido pela fabricante deverá ser disponibilizado através de correio eletrônico.

4.5.4 As atualizações ou correções das versões das licenças serão realizadas:

4.5.5. Para o item 1:

4.5.5.1 Licença disponível no **SEPINF/DPDCE/INC/DITEC/PF**: durante 60 meses **a partir do próximo dia útil após a emissão do atestado de recebimento definitivo.**

4.5.5.2 Licença disponível no **SETEC/SR/PF/PR**: durante 60 meses **a partir do próximo dia útil após a emissão do atestado de recebimento definitivo.**

4.5.5.3 A contratação será na forma de licenciamento **perpétuo**.

4.5.6 Para o item 2:

4.5.6.1. Licenciamento pelo período de 60 meses a partir do primeiro **dia útil após a emissão do atestado de recebimento definitivo**, na modalidade subscrição.

#### 4.6 Requisitos Temporais

4.6.1 Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

Os serviços serão disponibilizados via online.

4.6.2. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.6.3. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.6.4. Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

4.6.4.1. A parcela do serviço referente à entrega dos softwares será feita via download em site oficial ou em mídia digital.

4.6.4.1 A contratada deverá seguir todos os prazos e níveis de serviços estabelecidos neste Termo de Referência;

4.6.5 A vigência das licenças será de 60 (sessenta) meses, contados do encerramento das licenças atuais ou da data de ativação (primeiro dia útil após recebimento definitivo pelos fiscais), caso o contrato seja assinado após o fim das licenças, e independe da vigência contratual.

#### 4.7. Requisitos de Segurança e Privacidade

4.7.1. A contratada deve guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da contratante.

4.7.2. Em nenhuma hipótese será permitida a divulgação de informações dos usuários da solução para prestação do serviço de suporte técnico.

#### 4.8 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais:

4.8.1. Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.8.1.1. Por se tratar de aquisição de softwares, não havendo oferta de produto por meio físico, observadas as normas vigentes relativas ao desenvolvimento sustentável nas licitações e contratações públicas não vislumbramos exigências compatíveis ao objeto deste Termo de Referência.

4.8.1.2. O idioma a ser utilizado na documentação deve ser preferencialmente o português, podendo eventualmente ser utilizado o inglês.

#### **4.9 Requisitos de Arquitetura Tecnológica**

- 4.9.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.
- 4.9.2. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.
- 4.9.3. Deverá ter compatibilidade com o parque de hardware/software atualmente instalado nas unidades da PF que irão receber as licenças.
- 4.9.4. Suporte e atualizações do software: pelo prazo de vigência contratual (60 meses).

#### **4.10. Requisitos de Projeto e de Implementação**

- 4.10.1. Não aplicável a esta Contratação. Não serão criados ou desenvolvidos produtos ou soluções. A contratação envolve o fornecimento de uma solução completa e funcional, pronta para ser utilizada, dependendo apenas da instalação e configuração no ambiente da contratante.

#### **4.11. Requisitos de Implantação**

- 4.11.1. Não aplicável a esta Contratação, alinhado com o disposto na subseção "Requisitos de Projeto e de Implementação".

#### **4.12. Requisitos de Garantia e Manutenção**

- 4.12.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

- 4.12.2. A garantia será prestada com vistas a manter os softwares fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante, incluindo todas as atualizações realizadas pelo fabricante do software.

A garantia contratual corresponde ao tempo total da contratação, de 5 anos ( 60 meses). Dentro deste período inclui-se a garantia legal. Tal exigência é em decorrência da necessidade de que o software mantenha suas capacidades técnicas atualizadas com as necessidades e dificuldades impostas pelos avanços tecnológicos ao processo de descryptografia.

#### **4.13. Requisitos de Experiência Profissional**

- 4.13.1. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente a contratação.

#### **4.14. Requisitos de Formação da Equipe**

- 4.14.1. Não aplicável a esta Contratação, alinhado com o disposto na subseção "Requisitos de Projeto e de Implementação".

#### **4.15. Requisitos de Metodologia de Trabalho**

- 4.15.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

- 4.15.2. A instalação das ferramentas será realizada pela Contratante, com o devido auxílio da Contratada.

- 4.15.3. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

- 4.15.4. O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica.

Não haverá suporte por via telefônica.

- 4.15.5. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

- 4.15.6. A Contratante será a responsável pela gestão do contrato e pela verificação da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos produtos e serviços entregues, e a Contratada será responsável pelo fornecimento dos softwares e gestão dos recursos humanos e materiais necessários para a prestação da garantia.

- 4.15.7. A Contratada poderá disponibilizar link para download da solução.

- 4.15.8. A Contratada deverá providenciar o correto licenciamento do produto junto ao fabricante, disponibilizando à Contratante os mecanismos formais de comprovação do licenciamento.

- 4.15.9. Todas as licenças deverão ser fornecidas em sua versão mais atualizada.

4.15.10 A Contratada deverá manter registro de todas as licenças fornecidas, devendo, a qualquer tempo, ou quando solicitada formalmente, de acordo com o prazo fornecido pela Contratante, ser capaz de prover todos os dados, números de licenças, registros ou informações necessárias à instalação, pré-instalação, recuperação de instalação e interação com o fabricante.

#### **4.16. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.16.1. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.16.2. A Contratada se compromete a guardar sigilo por tempo indeterminado sobre quaisquer dados, informações, sistemas, softwares, documentos, especificações técnicas e comerciais, metodologias, inovações e demais informações da contratante de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo sob qualquer pretexto divulgar, revelar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei.

#### **4.17. Vistoria**

4.17.1. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

#### **4.18 Sustentabilidade**

4.18.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.18.1.1. Deverão ser adotadas pela Contratada as normas federais, estaduais e distritais quanto aos critérios de preservação ambiental.

4.18.1.2. A empresa Contratada deverá declarar ter conhecimento da Política de Sustentabilidade, observar, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade ambiental, dando cumprimento aos dispositivos contidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 e na 6ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - setembro de 2023.

4.18.1.3. Os profissionais da Contratada, com vistas a redução de impactos negativos sobre o meio ambiente, deverão estar informados sobre as boas práticas adotadas pela Polícia Federal voltadas ao consumo consciente, redução de desperdício e coleta seletiva, com objetivo de contribuir para a preservação do meio ambiente e dos recursos públicos.

#### **4.19. Da exigência de carta de solidariedade**

4.19.1. Não será exigida carta de solidariedade

Devido as características dos softwares adquiridos, não há necessidade de carta de solidariedade.

#### **4.20. Subcontratação**

4.20.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **4.21. Informações relevantes para a apresentação da proposta**

4.21.1 Todas as informações relevantes para a apresentação da proposta já constam nos demais itens do Termo de Referência

#### **4.22 Garantia da contratação**

4.22.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas seguintes razões: as licenças são de uso perpétuo, sem nenhuma obrigação para a contratada após o fornecimento desses itens; O serviço de atualização dos itens serão prestados diretamente pelo fabricante, como é feito mundialmente.

#### **4.23 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

4.23.1 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.23.1.1. Atualmente há dois laboratórios na Polícia Federal que possuem licença ativa de um suíte de criptoanálise: o Laboratório de Criptoanálise do SEPINF/DPDCE/INC/DITEC/PF e o laboratório do Setor de Criminalística do Paraná (SETEC/SR/PF/PR), em decorrência de demanda específica. É importante ressaltar que foram realizados investimentos vultuosos em estrutura para ambas unidades visando proporcionar capacidade computacional adequada para uso do software de criptoanálise de forma otimizada.

4.23.1.2. Considerando o custo relacionado a processos de contratação de novas ferramentas e visando a contratação com o menor preço possível, o tempo de contratação das licenças será de 60 meses.

4.23.1.3. Sendo assim, a demanda será de 2 licenças do Suíte de Software de Criptoanálise e 2 licenças do solução especializada para permitir a criptoanálise dos equipamentos Apple com chip T2, ambos por 60 meses

4.23.1.4. As ferramentas de quebra de senha possuem a capacidade de utilizar softwares que descentralizam o processamento dos arquivos a serem analisados em uma ou mais máquinas. Com relação a quantidade de agentes, o Laboratório de criptoanálise do



SEPINF e o SETEC/PR fizeram uma contratação recente, e está em processo de uma nova contratação, de máquinas mais poderosas com memória e capacidade de processamento maiores, para a utilização na quebra de senha. Sendo assim, a quantidade de agentes deve refletir o parque atual de máquinas do laboratório, e o previsto a ser adquirido nos próximos meses. Portanto, a demanda atual é de pelo menos 20 agentes, devido a quantidade de nós de processamento existentes, e em vias de serem adquiridos, em cada laboratório.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da abertura da Ordem de Serviço (OS) em remessa única:

5.1.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou membros da comissão, ou pelos respectivos substitutos.

5.1.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º).

5.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5 /2017, art. 44, §3º).

5.1.5. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

### **5.2. Local e horário da prestação dos serviços**

5.2.1. O download dos softwares deverá ser disponibilizado online, através de link fornecido por e-mail ou algum meio eletrônico previamente combinado com a Contratante, os quais devem ser recebidos e conferidos pelos fiscais do contrato.

5.2.2. A Contratada deverá garantir que a Contratante terá o direito de receber atualizações do software contratado.

### **5.3. Materiais a serem disponibilizados**

5.3.1. Não será necessário o uso de equipamentos específicos para a instalação do software.

### **5.4. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.4.1 A demanda do órgão tem como base as características definidas no Estudo Técnico Preliminar.

### **5.5. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, conforme definido na subseção "Requisitos de Garantia e Manutenção" deste Termo de Referência.

### **5.6. Formas de transferência de conhecimento**

5.6.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

### **5.7. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.7.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **5.8. Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

5.8.1. A quantificação ou estimativa prévia do volume de serviços demandados são aqueles descritos no item 1 deste Termo de Referência.

## 5.9. Mecanismos formais de comunicação

5.9.1. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º), mediante confirmação de recebimento.

Para uma comunicação efetiva, é necessário a confirmação do recebimento e leitura das mensagens.

## 5.10. Formas de Pagamento

5.10.1. Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

## 5.11. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

5.11.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos

5.11.2. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS 2 e 3.

# 6. Modelo de gestão do contrato

## 6. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Preposto

6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de instalação das ferramentas, em caso de solicitação da Contratante.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

### Reunião Inicial

6.8. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

6.9. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

6.9.1. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 6.9.1.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- 6.9.1.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 6.9.1.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 6.9.1.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- 6.9.1.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

## **Fiscalização**

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput) , nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### **Fiscalização Técnica**

6.11. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.11.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.11.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

### **Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.12.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

### **Gestor do Contrato**

6.14. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 6.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3. Recebimento do link para download da ferramenta pelos fiscais do contrato.

7.4. Elaboração de Ateste de Recebimento Definitivo comprovando a instalação, funcionamento das licenças dentro dos prazos previstos em contrato (60 meses a partir do vencimento da licença atual) e correto funcionamento do software.

#### Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Não haverá períodos distintos de faturamento.

- 7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)
- 7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.15.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
  - 7.15.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
  - 7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
  - 7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
  - 7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

- 7.19. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:
- 7.19.1. A equipe técnica da CONTRATANTE receberá as licenças e equipamentos necessários para a atualização evolutiva do parque de hardware e software da CONTRATANTE e realizará os procedimentos de atualização e testes de funcionamento para verificação da entrega do objeto licitado.
  - 7.19.2. A equipe técnica informará ao fiscal do contrato o recebimento e verificação de seu funcionamento dos softwares e equipamentos recebidos.

## **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa de pagamento**

7.20. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

7.20.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.20.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

## **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022

7.23 . O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de

2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como;

1. 7.24.1 o prazo de validade;
2. 7.24.2 data da emissão;
3. 7.24.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
4. 7.24.4. o período respectivo de execução do contrato;
5. 7.24.5. o valor a pagar; e
6. 7.24.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis. Havendo ;

7.25. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante

26. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos..
30. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa..

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de Pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

### **Forma de Pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Cessão de crédito**

7.39. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.39.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.40. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.41. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020).

7.43. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

### **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL. O regime de execução do contrato será por empreitada.

## Da Aplicação da Margem de Preferência

8.2 Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

## Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.12. Não há necessidade de ato de autorização para esta contratação.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.21. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;



8.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.24. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.25. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.26. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.26.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.26.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.26.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.26.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10.% do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.30. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.30.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação

8.31. O licitante deve fornecer carta com a declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, conforme exigência da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022 regida pela Lei nº 14.133, de 2021, a qual diz: " 1.7. O órgão ou entidade deverá exigir das empresas licitantes declaração que ateste a não ocorrência do registro de oportunidade, de modo a garantir o princípio da competitividade, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021."

8.32. Os fornecedores das propostas utilizadas para análises de preços desta contratação forneceram a carta, conforme Anexo Análise de preços (35115227), na pasta "Discussão de preços", "cartas de registro de não oportunidade".

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 160.425,31

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é **R\$ 160.425,31 (cento e sessenta mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e trinta e um centavos)**, sendo o valor de referência para o item 1 - PASSWARE KIT FORENSIC 20 AGENTES - ATUALIZAÇÃO E SUPORTE PARA 60 MESES é de **R\$ 41.210,46 (quarenta e um mil, duzentos e dez reais e quarenta e seis centavos)** e para o item 2 - PASSWARE DEVICE DECRYPTION – LICENCIAMENTO PARA 60 MESES DE SUBSCRIÇÃO é de **R\$ 39.002,19 (trinta e nove mil e dois reais e dezenove centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Item	Composição de preços por itens da solução	Quantidade	Par. II	Fornecedor			
			MP/AP	Software.com.br	Tubarão	We Data	Média Aritmética (MA)
1	Passware Kit Forensic com Pacote 20 agentes	1	-	R\$ 42.459,89	R\$ 45.041,00	R\$ 36.130,50	R\$ 41.210,46
2	Módulo Device Decryption	1	R\$ 39.083,33	R\$ 39.323,44	R\$ 43.078,00	R\$ 34.524,00	R\$ 39.002,19

9.2 Verifica-se que na presente pesquisa encontramos três valores que apresentam-se homogêneos. Desta forma, cabe aplicação da escolha da média como método estatístico para o cálculo do preço da presente contratação.

9.3 Considerando o disposto no no §1º, art. 5º da Portaria SE/MJ nº 449, registra-se que o orçamento fornecido pela empresa Techbiz **foi considerado excessivamente elevado** (I - excessivamente elevado: preço maior que o resultado da média das propostas somado ao desvio padrão;). **Sendo assim, a proposta da empresa Techbiz foi desconsiderada para a definição de preços.**

Tabela 7 - preço final de referência

Item	Quantidade	Descrição	Preço de referência (R\$)	Valor Total (R\$)
1	2	PASSWARE KIT FORENSIC COM 20 AGENTES - ATUALIZAÇÃO E SUPORTE PARA 60 MESES	R\$ 41.210,46	R\$ 82.420,93
2	2	PASSWARE DEVICE DECRYPTION – LICENCIAMENTO PARA 60 MESES DE SUBSCRIÇÃO	R\$ 39.002,19	R\$ 78.004,38
			TOTAL	R\$ 160.425,31

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 200406/00001;
- II) Fonte de Recursos: 1000000000;

III) Programa de Trabalho: 06.122.0032.2000.0001;  
IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.40;  
V) Plano Interno: **PF990N9TI25**

## 11. Papéis e Responsabilidades

### 11. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

#### 11.1 São obrigações da CONTRATANTE

- 11.1.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 11.1.2 Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência ou Projeto Básico;
- 11.1.3 Receber o objeto fornecido pela Contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 11.1.4 Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 11.1.5 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 11.1.6 Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 11.1.7 Definir capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 11.1.8 Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer

#### 11.2 São obrigações do CONTRATADO

- 11.2.1 Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato
- 11.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 11.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- 11.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 11.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 11.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 11.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 11.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 11.2.9. fazer a transição contratual, quando for o caso;

## 12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Integrante Técnico

**TIAGO BARROSO DE MELO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 14/11/2025 às 10:13:07.*

Despacho: Integrante técnico substituto

**THIAGO DE SA CAVALCANTI**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 14/11/2025 às 10:17:09.*

Despacho: Ciente e de acordo.

**CAMILA RAMOS CABRAL**

Integrante administrativa

Despacho: De acordo com o termo de referência.

**ROBERTO REIS MONTEIRO NETO**

Ordenador de despesas



*Assinou eletronicamente em 14/11/2025 às 10:15:09.*

Despacho: Ciente e de acordo.

**LUIS FILIPE DA CRUZ NASSIF**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 14/11/2025 às 10:44:28.*



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - MODELO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE E MANUTENCAO DE SIGILO.pdf (131.99 KB)
- Anexo II - MODELO DO TERMO DE CIENCIA DE MANUTENCAO DE SIGILO .pdf (75.87 KB)
- Anexo III - MODELO DE ORDEM DE SERVICO OU DE FORNECIMENTO DE BENS.pdf (149.34 KB)
- Anexo IV - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO PROVISORIO.pdf (136.35 KB)
- Anexo V - MODELO DE TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.pdf (137.38 KB)